

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.935 - PR (2019/0032468-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : BANCO ITAULEASING S.A.
ADVOGADOS : ADILSON DE CASTRO JUNIOR - PR018435
ANA PAULA ESMERIO MAGALHAES - PR022496
MARIANA KOWALSKI FURLAN CORRÊA - PR037138
ANA KARINA SEVERIANO LUIZ FRANCISCO E
OUTRO(S) - PR051694
RECORRIDO : MUNICIPIO DE PALMEIRA
ADVOGADOS : LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI E OUTRO(S) - PR025852
CLAUDIO MARCELO RODRIGUES IAREMA - PR046220

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Banco Itauleasing S.A.**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 509):

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL/LEASING. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO 01. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. VALOR FIXADO CORRETAMENTE, NOS TERMOS DO ART. 20, §§3º E 4º, DO CPC/73. APELAÇÃO 02. (I) ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO PARA COBRAR O IMPOSTO. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO ONDE SE CONCENTRA O PODER DECISÓRIO RELATIVO À CONCESSÃO/APROVAÇÃO DO ARRENDAMENTO. NECESSIDADE DE EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO. MATÉRIA PACIFICADA EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO NO RESP 1060210/SC. (II) PEDIDO DE REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS. VALOR MANTIDO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 525/528).

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 20, §§ 3º e 4º do CPC/73, 85, § 3º do CPC/15. Sustenta, em resumo, que os honorários advocatícios foram fixados em valores irrisórios.

Requer "*requer o provimento do presente Recurso Especial, a fim de se aplicar a disposição do §3º, do art. 85, do CPC/2015. Subsidiariamente, caso assim não se entenda, requer a majoração dos valores fixados a título de honorários advocatícios,*

com base no art. 20 do CPC/73 ou, ainda, com base no posicionamento deste E. STJ (no sentido de que sejam fixados em no mínimo 1% sobre o valor atualizado da causa), com a consequente reforma do v. Acórdão proferido pela 3ª Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Paraná, nesse ponto" (fls. 544/545).

Sem contrarrazões (fl. 573).

É O RELATÓRIO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Verifica-se, inicialmente,

A matéria pertinente ao art. 85, § 3º do CPC/15 não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco constou dos embargos declaratórios opostos para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 356/STF.

Quanto ao mais, a Corte estadual manteve os honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com esteio no § 4º do art. 20 do CPC/73. Confirmam-se os seguintes excertos do acórdão integrativo (fls. 153/154):

No que diz respeito ao valor arbitrado a título de honorários advocatícios, é de se ressaltar que a condenação deve levar em conta a redação dos §§3º e 4º do artigo 20 do CPC/73.

Desse modo, após o sopesamento dos critérios do art. 20, §3º (o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço), a fixação dos honorários deve ser realizada mediante apreciação equitativa (art. 20, §4º).

Em se tratando de matéria repetitiva repetitiva e que prescinde dilação probatória, é devida a manutenção, a título de honorários advocatícios, do montante de R\$ 2.000,00.

Relativamente ao arbitramento de honorários advocatícios, o art. 20, § 4º, do CPC/73 estabelecia que: "*nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou em que for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz (...)*". Nesse passo, ao determinar o valor devido a título de honorários, o julgador levava em conta fatores primordialmente factuais, quais sejam, o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (art. 20, § 3º, do CPC/73). É de se observar que qualquer juízo sobre a adequada aplicação, pelo acórdão recorrido, dos critérios de equidade, impõe, necessariamente, exame dos fatos e da prova dos autos, o que refoge ao âmbito do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. PEDIDO DE SUA MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Em princípio, descabe ao STJ revisar valores de sucumbência fixados nas instâncias ordinárias, pois eles são arbitrados em consideração àquilo que se desenvolveu no processo e mediante juízo de equidade, circunstâncias que não podem ser reavaliadas nesta Corte, nos termos da Súmula 7/STJ.

II. Consoante decidido pela Primeira Seção do STJ, tanto nos EAg 438.177/SC (Rel. p/ acórdão Ministro LUIZ FUX, DJU de 17/12/2004), quanto no REsp 1.137.738/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), a revisão do critério adotado, pela Corte de origem, por equidade, para a fixação dos honorários de advogado, encontra óbice na Súmula 7/STJ. No mesmo sentido é o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário" (Súmula 389/STF).

III. Porém, "a jurisprudência desta Corte, entretanto, sensível a situações em que salta aos olhos a inobservância dos critérios legais para o arbitramento do valor justo, passou a admitir a revisão em sede especial quando se tratar de honorários notoriamente ínfimos ou exagerados, o que se faz considerado cada caso em particular. Assim, saber se os honorários são irrisórios ou exorbitantes requer, necessariamente, a apreciação das peculiaridades de cada caso concreto" (STJ, AgRg nos

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

EAREsp 28.898/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/02/2014).

IV. Na hipótese, os honorários de advogado, em favor do ora agravante, foram fixados, pelo Juízo de 1º Grau, em R\$ 700,00 (setecentos reais). O Tribunal a quo, por sua vez, atento às circunstâncias a que se refere o § 4º do art. 20 do CPC, manteve o valor da verba honorária, considerando, principalmente, "o grau de zelo do profissional, a natureza da demanda e o tempo exigido para o acompanhamento dos atos processuais e o labor efetivamente empreendido". Dadas as peculiaridades da causa, delineadas no acórdão recorrido, não se mostra irrisória a quantia fixada, em juízo de equidade, a título de honorários advocatícios. Assim, deve ser mantida a decisão agravada, visto que, efetivamente, incide, na espécie, a Súmula 7 do STJ.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 559.964/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 3/9/2015)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator